

Luta continua: Governo não atende pleito de servidores federais



Terminou em agosto o prazo para o governo entregar ao Congresso Nacional o projeto de lei do Orçamento de 2012. Os trabalhadores da União fizeram quatro marchas em Brasília e diversos atos nos estados para pressionar o Executivo sobre a proposta de reestruturação de carreiras e salários, mas o texto não contentou a categoria. O Sindicato dos Servidores Públicos Federais de Mato Grosso (Sindsep-MT) esteve presente em todos os atos.

Mesmo sem consenso entre Ministério do Planejamento e lideranças do funcionalismo, a proposta da União prevê teto de R\$ 7 mil para o pessoal de Nível Superior. E oferece incremento de R\$ 211 na gratificação do Nível Intermediário e R\$ 105 para Nível Auxiliar. Com as alterações, os reajustes vão variar de 2,3% a 31%.

(Página 4)

Sindsep-MT apresenta queixa-crime contra Fantástico

O Sindicato dos Servidores Públicos Federais de Mato Grosso (Sindsep-MT) apresentou uma queixa-crime em nome do

servidor do Inca, Lionor Silva Santos, acusado pelo programa Fantástico, da TV Globo, de cobrar R\$ 2 mil para legalização

e transferências dos lotes vendidos pelos assentados no Assentamento Jonas Pinheiro, em Sorriso (MT). (Página 4)

Condsef leva demanda dos servidores a presidente da Funasa

A Condsef foi recebida em audiência pelo presidente da Funasa (Fundação Nacional de Saúde), Gilson Queiroz

Filho no dia 27 de agosto. Entre os temas tratados pela Condsef com o presidente estavam a necessidade de alteração

estatutária da Capesaúde, exames periódicos, Gacen e avaliação de desempenho.

(Página 3)

Sindsep-MT promove debate sobre plano de saúde da Funasa



Representantes de 17 estados do Brasil participaram do Seminário Nacional sobre Capesaúde, promovido pelo Sindicato dos Servidores Públicos Federais de Mato Grosso (Sindsep-MT) e pela Condsef. O encontro ocorreu em Cuiabá, nos dias 19 e 20 de agosto e debateu a precariedade do plano de saúde dos servidores da Funasa. (Página 3)

Demonstração do Resultado
SIND. DOS SERV. PÚBLICOS FEDERAIS DE MT
Período: 30/06/2011

(Página 2)

Negociação Coletiva:

A difícil arte da guerra dos trabalhadores contra os governos e os patrões

Com a constituinte de 1988, que garantiu o direito de organização e representação sindical dos(as) trabalhadores(as) do setor público, avançamos muito no processo de negociação. Mas os governos ainda não respeitam a entidades sindicais como legítimas representantes dos interesses e direitos dos(as) trabalhadores(as), e continuam tratando os(as) trabalhadores(as) públicos como “servos” de seus “feudos”, ou como novos escravos assalariados, no caso do setor privado.

E o conflito na maioria das vezes é inevitável. Na década de 1990, com o advento das políticas neoliberais, houve uma intensificação da flexibilização e confisco dos direitos, precarização das condições e relações de trabalho, e uma busca desenfreada pelas terceirizações. Hoje temos o direito de greve, mesmo ainda não regulamentado, mas temos que recorrer a ele todos os anos, para negociar.

A greve é um direito democrático e um instrumento legítimo de pressão assegurado constitucionalmente aos servidores públicos. A luta sindical abrange diferentes ações como mobilização, greve, articulação, organização, entre outras, e leva, quase sempre, a momentos ou a processos de negociação em que há disputa de interesses.

A negociação e conquista dos direitos dos trabalhadores contra o capital e os governos, a luta de classes, a

permanente batalha das idéias, o confronto cotidiano entre patrões e empregados negociação, as táticas e estratégias que os trabalhadores constroem para atuarem nos cenários da ação sindical, como atores políticos e sociais, são exemplos concretos do que chamamos de A Arte da Guerra. Os terrenos da luta de classes são como verdadeiros campos de batalhas.

Para enfrenta-lo, os sindicatos devem conhecer e analisar a correlação de forças, ter a definição clara de quem são adversários e aliados nesses processos, ver a força e a disposição de luta de seu “exército” (os trabalhadores e trabalhadoras), e o deles (gestores, patrões, governos), eis as condições fundamentais para se encaminhar para uma negociação, mobilização, greve, enfim. Guardadas as devidas proporções, a arte de negociar é uma arte de guerrear.

As negociações, tanto com os patrões privados, ou com os prefeitos, governadores, e com o próprio governo federal têm demonstrado isso. O capital e o Estado capitalista desenvolvem armas potentes para a guerra de classes, entre eles, e contra nós. Portanto, não é uma tarefa para amadores. Aprendemos muito nesses anos, afinal de contas, não tem cabimento fugir do jogo, vamos para o jogo, a disputa, o enfrentamento.

Os governos e as câmaras municipais, assembleias legislativas, quanto o congresso nacional, são movidos

a pressão, pois há grandes lobbys corporativos dos empresários e dos latifundiários e setores privatistas, que disputam os recursos públicos e evitam avançar os investimentos do Estado para a maioria da população.

Nas mobilizações, passeatas, caravanas, acampamentos, ocupações, pressões, greves, tornamos públicos os projetos e reivindicações dos trabalhadores, e disputamos hegemonia na sociedade. Disputamos visibilidade nas mídias, e buscamos a legitimidade das ruas.

Enfim, nos tornamos sujeitos políticos coletivos, para defender a negociação e o avanço de nossas pautas específicas e gerais. Com Independência política e organizativa, autonomia em relação aos partidos, Estado e patrões, e na luta. Esse é o nosso lado, essa é a nossa história. Assim conquistamos nossos direitos e mudamos a vida.



* Helder Molina

* Helder Molina
 Historiador, professor da faculdade de Educação UERJ, educador e pesquisador sindical e assessor de formação da CUTRJ

(professorheldermolina@gmail.com)

Demonstração do Resultado SIND. DOS SERV. PÚBLICOS FEDERAIS DE MT

33.710.088/0001-94
 Período: 30/06/2011

Receitas Brutas de vendas e/ou serviços

RECEITAS		
MIN PLANEJAMENTO	281,04	
EXERCITO	4.703,67	
MIN EDUCACÃO (MEC)	24,42	
MIN AGRICULTURA	3.129,81	
MIN FAZENDA	2.863,75	
MIN JUSTIÇA	48,60	
POLICIA FEDERAL	33,08	
MIN AERONÁUTICA	63,30	
MPAS/SAS	215,51	
MIN SAUDE	16.305,18	
MINISTÉRIO DO TRABALHO	1.937,79	
UFMT	314,02	
FUNAI	7.556,54	
MME	111,38	
D N P M	48,94	
FUNASA	8.846,46	
A N V S	58,20	
D N I T	711,85	
AGU	262,32	
IBAMA	1.062,32	
MIN COMUNICAÇÕES	756,35	
INCRA	8.300,58	
MIN TRANSPORTES	5.409,12	
INSS	1.069,83	
MIN MARINHA	202,00	
CONAB	1.618,08	
D P R F	98,56	
CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS	137,52	
INSTITUTO CHICO MENDES	47,28	
DRT	190,20	
CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO	163,41	
SINDSEPMG	2.000,00	68.571,11
(=) Receita Líquida		68.571,11
(=) Superávit Bruto		68.571,11
(-) Despesas Operacionais		
DESPESAS TRABALHISTA		
SALÁRIOS	4.548,75	
INDENIZAÇÕES	2.010,92	
FGTS	505,90	
INSS	1.709,15	
VALE TRANSPORTE	690,00	
ASSISTÊNCIA MÉDICA	459,20	
AJUDA ALIMENTAÇÃO	1.250,00	
ESTAGIÁRIA SETOR JURÍDICO	2.579,90	
AJUDA DE CUSTO PRESIDENTE	6.669,72	
AJUDA DE CUSTO DIRETORES	2.600,00	
GRATIFICAÇÃO COMMISSIONADA	1.400,00	
ANUÊNIO	116,44	
EXAME DEMISSINAL	30,00	24.569,98

DESPESAS ADMINISTRATIVAS

TELEFONIA E TELECOMUNICAÇÕES	775,74	
ENERGIA ELÉTRICA	632,04	
ÁGUA E ESGOTO	36,71	
MANUTENÇÃO DE REDE ELÉTRICA	84,22	
DESPESAS COM CARTÓRIO	196,90	
MATERIAIS DE ESCRITÓRIO	935,00	
LANCHES E REFEIÇÕES	528,98	
DESPESA C/ COMBUSTÍVEL	741,60	
MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS	165,00	
DESPESA C/ ESTACIONAMENTO	4,00	
CORREIOS E POSTAGENS	2.460,10	
CÓPIAS E REPRODUÇÕES	190,00	
VIAGENS E ESTÁDIAS	5.513,62	
MANUTENÇÃO PROVEDOR INTERNET	260,69	
HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS	4.200,00	
CUSTAS PROCESSUAIS	59,00	
KENTEL PLUS ALARME	195,00	
CONDSEF	2.410,00	
MATERIAL DE LIMPEZA E CONSUMO	815,15	
MENSALIDADE COPIADORA	300,00	
CÓPIAS EXCESSO	646,60	
MENSALIDADE SOFTWARE NETSPEED	177,83	
JORNAL O COMPROMISSO	1.980,00	
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO	1.200,00	
DEPARTAMENTO JURÍDICO	240,00	
AJUDA DE CUSTO	681,47	
SEGURO VEÍCULO	789,01	
CUT NACIONAL	1.765,50	
BISA SIST AUTOMAÇÃO LTDA	1.974,26	
ORNAMENTAÇÃO COROA DE FLORES	240,00	
CONDSEF GESTÃO ANTERIOR	200,00	
CARAVANA BRASÍLIA	4.447,05	34.845,47
DESPESAS FINANCEIRAS		
TARIFAS DE MANUTENÇÃO DE CONTA	114,20	
TARIFAS BANCÁRIAS	12,16	126,36
DESPESAS TRIBUTÁRIAS		
IRRF - IMPOSTO DE RENDA FONTE	39,79	39,79
(=) Superávit Operacional		8.989,51
(=) SUPERÁVIT LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		8.989,51

MARIA DE JESUS DA SILVA
 CONTABILISTA
 C.R.C. : MT-009536-0-4 / C.P.F. : 766.765.601-00

CARLOS ALBERTO DE ALMEIDA
 PRESIDENTE
 R.G. : 474000 SJ/MT / C.P.F. : 349.054.641-53

SIND. DOS SERV. PUBLICOS FEDERAIS DE MT (0xx65) 3023-9338

EXPEDIENTE

Boletim Informativo do SINDSEP-MT

Sindicato dos Servidores Públicos Federais de Mato Grosso

Rua Dr. Carlos Borralho, nº 82, bairro Poção. CEP: 78 015-630, Cuiabá/MT
 Telefones: (65) 3023 6617 / 3023 9338 - e-mail: sindsepmt@gmail.com

Jornalista Responsável: Thais Raeli DRT 26 645/RJ

Telefone (21) 8058-3771 E-mail: jornalista@gmail.com

Diagramação/Edição de Arte: Mario Pulcherio Filho - 9214-8099

Fotos: Chico Venâncio

DIRETORIA EXECUTIVA: CARLOS ALBERTO DE ALMEIDA - PRESIDENTE - FUNASA; ROOSEVEL MOTTA - VICE-PRESIDENTE - INCRA; DAMÁSIO DE SOUZA PEREIRA - 1º SEC GERAL - CGU; ADÉLIO DA SILVA JÚNIOR - 2º SEC GERAL - DSEI-XAVANTE; EDSON LUIS DOS SANTOS - 1º TESOUREIRO - GRA; GILDÁSIO FERREIRA GOMES - 2º TESOUREIRO - SRTE; JOSÉ LUIS DA SILVA - 1º SEC. DE ADM. - MAPA; FRANCISCO LOPES FILHO - 2º SEC. DE ADM. - SVS/ROO; IDIVALDO BERNARDES DE OLIVEIRA - 1º SEC. DE ASSUNTOS JURÍD. - PRF; JOSENEICE AUX. TAVARES SIQUEIRA - 2º SEC. DE ASSUNTOS JURÍD. - MAPA; ARY CÉZAR NERIS - 1º SEC. FORM. SIND - TRANS/ROO; ADEBAL CASTRO QUEIROZ - 2º SEC. FORM. SIND. - 9º BEC; IRACI OLIVEIRA FERREIRA - 1º SEC. INTERIOR - FUNAI; BENEDITO ASSIS DA SILVA - 2º SEC. INTERIOR - SVS/CÁCERES; MARINÉZIO SOARES DE MAGALHAES - 1º SEC. IMP. E COMUN. - GRA; ARCÍLIO DE BARROS FILHO - 2º SEC. IMP. E COMUN. - INCRA/CBÁ; IZABEL SANTANA DA SILVA - 1º SEC. APOS. E PENSÃO - TRANS/CBÁ; ENILDO GOMES - 2º SEC. APOS. E PENSÃO - FUNAI; JOÃO DE DEUS DA SILVA FILHO - 1º SEC. SAÚDE DO TRAB. - SVS/SINOP; IDIO NEMÉZIO DE BARROS - 2º SEC. SAÚDE DO TRAB. - SVS/SINOP; SELMO JACINTO DE OLIVEIRA - 1º SEC. ANIST. E DEDITIDOS - CONAB; JOACIRA SANTANA RODRIGUES DE ALMEIDA - 2º SEC. ANIST. E DEDITIDOS - CONAB; ELIETE DOMINGOS DA COSTA - 1º SEC. DE CULTURA - SRTE; HERONILDES FRANCISCO VIEIRA - 2º SEC. DE CULTURA - 9º BEC. SUPLENTE DE DIREÇÃO: DONATO FERREIRA DA SILVA - DSEI/CBÁ; SAMUEL FERNANDES DE SOUZA - SVS/ROO; LUIZ EDUARDO DE FREITAS BUENO - SVS/ERS/CBÁ; FRANCISCO ROBERTO DIAS NETO - INCRA; JOSÉ MARIA SILVA E ARRUDA - SVS/CBÁ; SEBASTIÃO PINTO DA SILVA - MIN. TRANSP. CÁCERES. CONSELHO FISCAL TUTELAR: JOÃO GALDINO DE SOUZA - ERS/CBÁ; JUAREZ JUSTINO DE BARROS - DSEI/CBÁ; MARIZE FRANCISCO DE ARRUDA - DNIT/CBÁ. SUPLENTE DE CONSELHO FISCAL: GEOVANO SANTOS MOREIRA - SVS/NORTELANDIA; MOACIR MÓDULO - SVS/TANGARA; ANTONIO SANTANA DO ESPIRITO SANTO - 9º BEC

Sindsep-MT promove debate sobre plano de saúde da Funasa



Representantes de 17 estados do Brasil participaram do Seminário Nacional sobre Capesaúde, promovido pelo Sindicato dos Servidores Públicos Federais de Mato Grosso (Sindsep-MT) e pela Condsef. O encontro ocorreu em Cuiabá, nos dias 19 e 20 de agosto e debateu a precariedade do plano de saúde

de dos servidores da Funasa.

Ficou definido pelos participantes que o assunto terá continuidade nos próximos eventos da Condsef e também haverá novas reuniões nos respectivos estados. A meta é traçar um diagnóstico nacional dos problemas para que seja apresentado como proposta de gestão no ano que vem, quando se

eleger a nova diretoria da Capesaúde.

Para dar suporte às demandas dos servidores da Funasa, a Condsef disponibilizará

suas assessorias. As reclamações entoam a falta médicos e clínicas, principalmente em cidades do interior e por isso, a neces-

sidade de ampliação da rede credenciada.

Fizeram parte da Comissão por parte da Condsef e do Sindsep-MT: Sérgio Ronaldo; Jussara

Griffo; José Maurício Scotelaro; Gilberto Cordeiro; José Alves; Carlos Alberto de Almeida; Antônio Izídio e Erilza Galvão (facilitadora).

Agenda:

2011

Setembro a Dezembro = Calendário de debate nos estados;
 Setembro a Dezembro = Reunião da Comissão (acompanhando agenda do CDE);
 Setembro ou Outubro = Encontro Nacional dos Trabalhadores da Saúde;
 Dezembro = Plenária Estatutária da CONDSEF.

2012

Janeiro a abril = Calendário de debates nos estados (continuidade);
 Maio = Processo eleitoral da CAPESESP

Condsef leva demanda dos servidores a presidente da Funasa

A Condsef foi recebida em audiência pelo presidente da Funasa (Fundação Nacional de Saúde), Gilson Queiroz Filho no dia 27 de agosto. Entre os temas tratados pela Condsef com o presidente estavam a necessidade de alteração estatutária da Capesaúde, exames periódicos, Gacem e avaliação de desempenho. A entidade apresentou a Queiroz Filho as dificuldades que servidores que trabalham no saneamento básico e educação em saúde de receber o pagamento da Gacem. Com a regulamentação da gratificação por meio da Por-

taria 630 o entendimento da Confederação é de que esses servidores têm direito a Gacem. O presidente da Funasa se comprometeu a elaborar um expediente às superintendências regionais orientando quem são os servidores que têm direito a Gacem conforme a legislação vigente.

A Condsef citou também problemas na implantação da avaliação de desempenho a servidores cedidos no 1° e 2° ciclos. Foram usadas duas portarias para promover a avaliação. Uma do Ministério da Saúde, sobre avaliação institucional e outra

da Funasa sobre avaliação individual. A Funasa compreende que não faz sentido manter servidores cedidos em seu quadro. A instituição pretende promover a redistribuição desses servidores ao Ministério da Saúde. Para isso, Queiroz Filho informou que irá conversar com o ministro da Saúde, Alexandre Padilha. O encaminhamento de todo esse processo vai contar com a participação da Condsef.

Exames periódicos

Na oportunidade foi externada ainda a preocu-

pação da com a dificuldade que o Ministério da Saúde está encontrando em incluir servidores cedidos a estados e municípios no sistema que controla exames periódicos dos trabalhadores. Em convênio com a Capesaúde, a Funasa está sendo um dos primeiros órgãos a implantar efetivamente os exames periódicos que se tornaram obrigatórios na administração pública. Para saber se o processo de instalação dos exames vai ocorrer sem sobressaltos, a Condsef escalou diretores que vão acompanhar de perto a implantação do sistema.

Outro tema levado ao presidente da Funasa foi a necessidade de impedir a alteração estatutária nas vésperas de novas eleições para escolher a direção da Capesaúde.

A Condsef entende que as mudanças pretendidas podem atrapalhar a participação dos associados na escolha dos representantes de seu plano de saúde. Para buscar maior democracia nos processos de votação da Capesesp, a Condsef solicitou a interferência da Funasa neste processo. A entidade não exclui a necessidade de debater mudanças no estatuto, apenas

entende que isto deve ser feito de forma ampla e com participação assegurada dos associados.

Queiroz Filho disse que como presidente da Funasa não pode interferir no processo de plano de saúde dos servidores, mas que não se coloca contrário a mudanças estatutárias que tragam benefícios aos associados. O presidente da fundação se comprometeu a encaminhar documento ao Capesesp declarando sua opinião. Sobre esse mesmo assunto, a Condsef já encaminhou ofício ao Ministério da Saúde, Funasa e Capesesp. (Fonte: Condsef)

Luta continua: Governo não atende pleito de servidores federais

Terminou em agosto o prazo para o governo entregar ao Congresso Nacional o projeto de lei do Orçamento de 2012. Os trabalhadores da União fizeram quatro marchas em Brasília e diversos atos nos estados para pressionar o Executivo sobre a proposta de reestruturação de carreiras e salários, mas o texto não contentou a categoria. O Sindicato dos Servidores Públicos Federais de Mato Grosso (Sindsep-MT) esteve presente em todos os atos.

Mesmo sem consenso entre Ministério do Planejamento e lideranças do funcionalismo, a proposta da União prevê teto de R\$ 7 mil para o pessoal de Nível Superior. E oferece incremento de R\$ 211 na gratificação do Nível Intermediário e R\$ 105 para Nível Auxiliar. Com as alterações, os reajustes vão variar de 2,3% a 31%.

No prazo limite da entrega da proposta, a Condsef foi ao Ministério do Planejamento cobrar as tabelas salariais de mais de doze categorias que o secretário de Recursos Humanos, Duvanier Paiva, havia se comprometido a entregar formalmente. Com surpresa, a entidade confirmou a informação de que está no site da Câmara dos Deputados o projeto de lei (PL) 2203/11 que traz tabelas com valores de pontos de gratificação de desempe-



nho de setores da base da Condsef.

De posse do conteúdo do PL obtido no site da Câmara, com mais de 260 páginas, a Condsef encomendou estudo técnico detalhado a sua subseção do Dieese de todas as tabelas dos setores da base da entidade. O objetivo é levantar possíveis incorreções entre o que foi negociado e o que foi encaminhado ao Congresso.

Nos próximos dias, a Condsef vai ao Planejamento com as análises em busca de esclarecimentos. Para a Condsef, não há espaço para incoerências dentro de um processo

doloroso de negociação que envolveu uma série de dificuldades e imposições por parte do governo. Alegando dificuldades diante do cenário de crise, o governo declarou que chegou ao seu limite para o orçamento de 2012. Mas a luta dos setores da base da Condsef em busca do atendimento de suas demandas recomeça com a continuidade do processo de negociações que está assegurada.

A entidade vai buscar agenda de negociações para continuar tratando questões como reajuste no auxílio-alimentação. Como a concessão de benefícios

não está atrelada ao plano orçamentário anual, a Condsef vai pressionar o governo em busca da concessão emergencial de um percentual de reajuste ainda este ano. Uma próxima

parcela será buscada para fevereiro de 2012.

Paralelo a esse processo, serão retomados os debates sobre construção de propostas que consolidem o atendimento de deman-

das dos diversos setores da base da Condsef. Todos buscam a reestruturação de carreiras e correção de distorções salariais graves que prejudicam milhares de trabalhadores do Executivo Federal.

Mobilização deve seguir forte

Todos os termos de acordo firmados e encaminhados ao Congresso Nacional ainda devem passar por uma série de etapas. Os parlamentares têm que votar as matérias que precisam ser sancionadas pela presidenta Dilma. O objetivo é assegurar a consolidação e evolução de todos os movimentos alcançados até aqui. A luta não para. Mais do que nunca a participação da base se faz fundamental para votar e deliberar os próximos passos que serão dados em busca de investimento público que traga justiça ao setor e melhores serviços públicos para a população.

(Com informações da Condsef)



Sindsep-MT apresenta queixa-crime contra Fantástico

O Sindicato dos Servidores Públicos Federais de Mato Grosso (Sindsep-MT) apresentou uma queixa-crime em nome do servidor do Inbra, Lionor Silva Santos, acusado pelo programa Fantástico, da TV Globo, de cobrar R\$ 2 mil para legalização e transferências dos lotes vendidos pelos assentados no Assentamento Jonas Pinheiro, em Sorriso (MT).

A queixa foi direcionada ao editor-chefe, Zeca Camargo e contra os assentados Gerson Gabriel Galino e Derval Ferreira Sena pelos crimes de ca-

lúnia e difamação e está na Comarca de Sorriso (MT). A ação está sob a responsabilidade do advogado do Sindsep-MT, João Batista dos Anjos, que também ajuizou uma indenização por danos morais, em decorrência do ato ilícito contra o servidor.

A indenização por danos morais tem como fundamento as denúncias falsas divulgadas pelo Fantástico, no dia 24 de julho de 2011, acusando Lionor de ser o responsável pela legalização das vendas dos lotes destinados a reforma agrária. A matéria se referia a uma suposta propi-

na de R\$ 2 mil para fazer a transferência de titularidade.

Na reportagem foram apresentadas entrevistas com dois supostos assentados (Gerson Gabriel Galino e Derval Ferreira Sena), que afirmaram que o servidor regularizava a venda dos lotes no assentamento e cobrava em média o valor de R\$ 2 mil. No entanto, não foi garantido o direito ao contraditório, inciso LV, do art. 5º, da Constituição Federal, pois o servidor não foi ouvido para se defender.

O Sindsep-MT sustenta a defesa do trabalhador,

entendendo que a liberdade de informar implica também no dever de investigar a veracidade da informação, com responsabilidade e o zelo no desempenho das funções dos órgãos e profissionais de imprensa, o que não ocorreu, pois o Lionor não foi entrevistado.

O Fantástico colocou no ar a imagem de Lionor de forma irresponsável, pois além de vincular ao crime que não existiu, ou pelos menos não foi praticado pelo servidor, não lhe garantiu o direito de resposta e não teve a sua autorização para exposição

do vídeo com a sua imagem, em total desrespeito ao art. 5º da Constituição Federal

O advogado João Batista entendeu que a dignidade e a honra do servidor foram atingidas irresponsavelmente pela matéria sensacionalista publicada pelos réus no dia 24/07/2011, com reprise no dia 1º de agosto de 2011, pois a matéria criminosa induz o público o estado de flagrante delito, quando na verdade o vídeo foi feito em outra circunstância.

O assessor jurídico do Sindsep-MT, pediu a condenação solidária da Rede

Globo e de Zeca Camargo, no pagamento de uma indenização equivalente a 150 vezes o valor declarado pela reportagem do Fantástico. Além disso, foi pleiteada também, a condenação da Rede Globo e de Zeca Camargo na obrigação de emitir uma nota, se retratando das acusações feitas, que deve ser divulgada no início do Programa do Fantástico durante cinco minutos, bem como, publicá-la nos jornais de grande circulação.

Processo nº 5286-70.2011.811.0040 Código: 85895 – 6ª Vara Cível da Comarca de Sorriso (MT).